

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO Nº 014/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 039/2026**

**(FUNDAMENTO LEGAL: ART. 75, INCISO I DA LEI 14.133/2021)**

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Lagoa de São Francisco - PI, por meio do Setor de Licitações da entidade, realizará Dispensa de licitação, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso I, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**Data e horário do início da disputa: 03/06/2026, às 08:00h. No Site <https://licitanet.com.br/>**

**OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA**

O objeto da presente dispensa é **ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE LAGOA DE SÃO FRANCISCO – PI; ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE DRENAGEM URBANA NO MUNICÍPIO DE LAGOA DE SÃO FRANCISCO – PI E ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO DE VIAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE LAGOA DE SÃO FRANCISCO – PI**. A contratação ocorrerá em item/lote único, conforme tabela EM ANEXO:

1.1. Havendo mais de um item ou lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UND	Valor Unt	Valor Total
1	Elaboração de projeto básico de engenharia para Pavimentação Asfáltica de vias públicas no município de Lagoa de São Francisco – PI; Elaboração de projeto básico de engenharia para Execução de drenagem urbana no município de Lagoa de São Francisco – PI e Elaboração de projeto básico de engenharia para Pavimentação em paralelepípedo de vias públicas no município de Lagoa de São Francisco – PI.	UND	R\$ 128.619,67	R\$ 128.619,67

1.2. R\$ 128.619,67 (cento e vinte e oito mil, seiscentos e dezenove reais e sessenta e sete centavos.)

**1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto as especificações do objeto.

**2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA.**

**Data e horário do início da disputa: 03/06/2026, às 08:00h. No Site <https://licitanet.com.br/>**

O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no envio de suas propostas, não cabendo ao órgão entidade

2.1.1. promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. aplica-se o disposto na alínea "c" também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da

personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e sociedades cooperativas.

### 3. INGRESSO NA DISPENSA DE LICITAÇÃO E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

O ingresso do fornecedor na disputa desta dispensa de licitação se dará com o envio de sua proposta através do Site <https://licitanet.com.br/>

3.1.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Site <https://licitanet.com.br/>, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos

3.6. recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem

3.9. como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.10. Uma vez enviada a proposta, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

### 4. HABILITAÇÃO

4.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I - DOCUMENTAÇÃO**

**EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

4.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor

4.3. detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto a existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://certidoes.cgu.gov.br>)

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

4.3.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

4.3.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.2 2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciara para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a sua desclassificação 6.2.3 Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

4.4. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

4.4.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

4.4.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

4.5. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

4.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação integridade do documento digital.

4.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

4.8. O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

4.8.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a habilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.

4.9. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

4.10. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

4.10.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

4.11. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

## 5. CONTRATAÇÃO

5.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela compra, será emitida a Nota de Empenho e o adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da nota de empenho para aceitar a Nota de Empenho, sob pena de decair do direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

5.1.1. O prazo previsto para aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

5.2. O Aceite da Nota de Empenho, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

5.2.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

5.2.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

5.2.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

5.3. O local e prazo de entrega dos itens estão descritos no anexo II.

5.4. Na assinatura do empenho será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a entrega do item.

## 6. SANÇÕES

6.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

6.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

6.1.2. dar causa a inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

6.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

6.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

6.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

6.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

6.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

6.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

6.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

6.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

6.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

6.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

6.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do



fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

6.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

6.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

6.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

6.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

6.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

6.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

6.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

6.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

6.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização — PAR.

6.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

6.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

6.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo

6.11. administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de

1999.

6.12. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

## 7. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

7.1.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

7.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

7.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

7.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

7.2. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

7.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

7.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

7.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

7.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

7.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

7.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução



ou do resultado do processo de contratação.

7.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

7.11. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Lagoa de São Francisco - PI, 27 de maio de 2026

**Presidente da CPL**

## ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PARA ELABORAÇÃO DOS SEGUINTE PROJETO BÁSICO:** Elaboração de projeto básico de engenharia para Pavimentação Asfáltica de vias públicas no município de Lagoa de São Francisco – PI; Elaboração de projeto básico de engenharia para Execução de drenagem urbana no município de Lagoa de São Francisco – PI e Elaboração de projeto básico de engenharia para Pavimentação em paralelepípedo de vias públicas no município de Lagoa de São Francisco – PI.

### 1. INTRODUÇÃO

1.1 Este Termo de Referência foi elaborado em cumprimento ao disposto no art. 72, da Lei nº 14.133/2021.

1.2. A contratação direta está prevista no art. 75, I, da Lei nº 14.133/2021.

### 2. OBJETO

2.1. O presente termo de referência tem por finalidade definir as diretrizes no desenvolvimento do Projeto Técnico de Engenharia para **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PARA ELABORAÇÃO DOS SEGUINTE PROJETO BÁSICO:** Elaboração de projeto básico de engenharia para Pavimentação Asfáltica de vias públicas no município de Lagoa de São Francisco – PI; Elaboração de projeto básico de engenharia para Execução de drenagem urbana no município de Lagoa de São Francisco – PI e Elaboração de projeto básico de engenharia para Pavimentação em paralelepípedo de vias públicas no município de Lagoa de São Francisco – PI.

MUNICÍPIO DE LAGOA DE SÃO FRANCISCO-PI					
PLANILHA RESUMO					
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO	
				UNIT.	TOTAL
1.0	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE ENGENHARIA				
1.1	Objeto: Prestação de serviços técnicos para elaboração de projeto básico de engenharia para Pavimentação Asfáltica de vias públicas no município de Lagoa de São Francisco – PI.	unid.	1,00	52.348,33	52.348,33
1.2	Objeto: Prestação de serviços técnicos para elaboração de projeto básico de engenharia para Execução de drenagem urbana no município de Lagoa de São Francisco – PI.	unid.	1,00	68.940,26	68.940,26
1.3	Objeto: Prestação de serviços técnicos para elaboração de projeto básico de engenharia para Pavimentação em paralelepípedo de vias públicas no município de Lagoa de São Francisco – PI.	unid.	1,00	7.331,08	7.331,08
TOTAL GERAL ORÇAMENTÁRIO.....R\$					R\$ 128.619,67
OBS. 1: Os preços unitários estão com base na Tabela SINAPI Fevereiro/2026 - Sem Desoneração; ORSE Fevereiro/2026; SICRO Outubro/2025 - Sem Desoneração.					
OBS. 2: Orçamento em conformidade com o Acórdão TCU 2622/2013, obedecendo a lei da desoneração.					

### 3. JUSTIFICATIVA

3.1. A presente solicitação justifica-se na necessidade de elaboração do presente termo de referência tem como justificativa promover e determinar padrões, para execução de **SERVIÇOS TÉCNICOS PARA ELABORAÇÃO DOS SEGUINTE PROJETO BÁSICOS:** Elaboração de projeto básico de engenharia para Pavimentação Asfáltica de vias públicas no município de Lagoa de São Francisco – PI; Elaboração de projeto básico de engenharia para Execução de drenagem urbana no município de Lagoa de São Francisco – PI e Elaboração de projeto básico de engenharia para Pavimentação em paralelepípedo de vias públicas no município de Lagoa de São Francisco – PI. Diante do exposto, resta justificada a contratação almejada. As especificações estão de acordo com a necessidade da Prefeitura Municipal de Lagoa de São Francisco-PI.

### 4. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços a contratar serão de elaboração do Projeto técnico, abrange a elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos de obras, equipamentos, instrumentos e processos de produção em geral. Fazem parte do escopo do serviço a apresentação dos seguintes itens:

- Memorial Descritivo
- Especificações Técnicas
- Projetos de Engenharia em Infraestrutura
- Levantamento Planialtimétrico
- Pavimentação
- Drenagem Urbana
- Orçamento e relatórios técnicos
- Memória de Cálculo
- Cronograma Físico-Financeiro
- Projeto de pavimentação e drenagem
- ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica)

A elaboração de critérios de honorários para serviços de topografia é bastante complexa, devido aos insumos considerados serem muito variáveis e inconstantes. A Tabela de Preços apresentada para este serviço está adequada à Norma Brasileira, NBR 13.133/94.

Os preços unitários foram compostos considerando-se os seguintes parâmetros:

- Obediência à norma NBR 13.133/94 da ABNT para levantamentos topográficos;
- Acessibilidade à área de trabalho, sem dificuldades;
- Jornada de trabalho de aprox. 8,00 h, incluindo o deslocamento;
- Nos preços unitários compostos estão incluídos: os trabalhos de campo, cálculos, desenhos, memoriais e relatórios técnicos;
- Os valores de equipamentos e veículos adotados na planilha apresentada são preços médios de aluguéis de mercado;
- Os salários considerados são salários médios de mercado, obedecendo a Lei Federal Nº. 4.950A/66 e a Constituição Federal de 1988;
- Adotamos 21,17 dias de trabalho/mês;
- BDI – Bonificação e Despesas Indiretas de 20,97%;

- Encargos Sociais – 71,59%.

O número médio de dias disponíveis para o trabalho no mês foi determinado a partir do número de dias do ano, descontando-se o número de dias de descanso que são: sábados, domingos, feriados e dias santificados.

Não foi considerado, em porcentagens, um número estatístico de dias não produtivos que se perde durante o ano por diversos motivos, a saber:

- Intempéries, compreendidas por chuvas e outras condições climáticas adversas (cerração, ventos fortes, altas temperaturas, etc.);
- Ociosidade, compreendida pelo número de dias, durante o ano, em que as equipes de topografia ficam paradas, aguardando novas ordens de serviços, fato este que ocorre, principalmente, entre o término de um contrato e o início de outro. Cabe ressaltar que o número de dias, eventualmente necessários, para mobilização e desmobilização, deve ser considerado como dias trabalhados e, portanto, incluído nos orçamentos;
- Revisão e refazimento de serviços variando de acordo com as atividades desenvolvidas e com as condições de trabalho;

Está sendo considerado levantamento Planialtimétrico de seções transversais, a partir de eixo básico, destinado ao projeto de pavimentação, com nivelamento taqueométrico ou trigonométrico com produtividade demonstrada na planilha de elaboração de projeto.

Serão contabilizados os serviços de mobilização e desmobilização desde a sede da empresa. Para o caso específico está sendo considerado apenas o preço com o combustível do veículo, uma vez que o mesmo já se encontra disponível e contabilizado no item 2.0 da planilha orçamentária.

Está sendo utilizado equipamento Estação Total classe 2 (precisão angular 5") e veículo leve picape 4x4.

#### ELABORAÇÃO DE ORÇAMENTO, COMPOSIÇÕES UNITÁRIAS DE CUSTOS, MEMORIAIS E ESPECIFICAÇÕES

Consiste na determinação do custo de uma obra de pavimentação de vias, elaborado com base em documentos específicos, tais como, projetos, memorial descritivo e especificações; considerando-se todos os custos diretos e indiretos envolvidos, as condições contratuais e demais fatores que possam influenciar no custo total.

Para a elaboração do orçamento, memoriais e especificações considerou-se a quantidade de documentos técnicos a serem produzidos e o preço unitário de cada tipo de documento. Será considerada a soma dos produtos das quantidades de documentos pelos preços unitários respectivos. O documento técnico típico é o desenho considerando o formato A1.

O custo direto é obtido multiplicando-se as horas trabalhadas por profissional (Engenheiro) pelo salário horário respectivo e somando-se os produtos assim calculados. O salário horário é igual ao salário bruto mensal dividido pelo número médio de horas úteis por mês durante o ano.

Os encargos sociais são de 71,59%, conforme especificados em planilha anexa.

As despesas diretas são dispêndios que derivam diretamente da execução contratual, onde serão reembolsados à medida que ocorrem, através de comprovação mensal. Está sendo considerada uma taxa de 3,65% do custo dos

documentos (desenhos), com a finalidade de custear despesas com estadia e alimentação; comunicações interurbanas (inclusive correio e malotes); reprodução e edição (cópias e serviços gráficos); fornecimento de fotos, mapas, etc.; processamento computadorizado de dados; consultas a bases de dados “on-line”; despesas para aprovação e inscrição dos projetos em órgãos públicos (taxas, alvarás, impostos, emolumentos, honorários de despachantes); seguros e fianças. Muitas vezes os serviços de engenharia consultiva não podem ser quantificados com precisão razoável, antes de serem iniciados, principalmente quando envolvem diversas áreas de especialização. Diante disso, foi estimada uma taxa de 3,86% para taxas administrativas, para despesas com Pessoal de apoio; Faturamento do serviço; hardware e software para aplicações técnicas e administrativas não incluídas em contratos, manutenção e automação do acervo técnico (biblioteca, arquivos técnicos), instrumentos e equipamentos, etc.

A provisão para contingências é uma parcela aditiva do orçamento. Deve ser estabelecida considerando-se dois tipos de fatores interdependentes: a precisão com que é definido o escopo do trabalho e o regime de execução do futuro contrato entre o Cliente e a Consultoria.

Tendo em vista a natureza não determinística do problema, o cálculo das contingências deveria ser feito mediante o tratamento estatístico de dados advindos da prática da Consultoria e do Cliente, focalizando os diferenciais históricos entre o Orçamento e a remuneração total efetivamente paga. Esse procedimento é de difícil implementação, tendo em vista a precariedade dessa base de dados.

Enquanto não forem disponibilizados elementos que permitam o cálculo acurado, recomenda-se adotar uma provisão de 5% a 10% para contingências. Está sendo considerada uma taxa de 5,0% para o projeto em questão.

## **BDI – BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS**

Estão compostos os seguintes elementos:

- Despesas ou Custos Indiretos: são os custos específicos da Administração Central, constituídos de todos os funcionários que não trabalham diretamente com os serviços técnicos, tais como: gerente, secretária, telefonista, auxiliar de serviços gerais, motorista, vigilâncias diversas, etc., pró-labore de diretores, apoio técnico-administrativo e de planejamento, assessoria jurídica, materiais de consumo, depreciação de móveis e máquinas, despesas de manutenção, compras, contabilidade, contas a receber e a pagar, almoxarifado central, transporte de material e de pessoal, operação e manutenção de veículos, gastos legais, bancários e seguros, impostos, taxas, seguros, etc.;
- Custo financeiro do capital de giro: decorrem em termos de prazos de recebimento e desembolso e de atrasos nos recebimentos previstos, de condições de financiamento de equipamentos, da comparação entre custo de estocagem e custo de compra, do uso e das fontes dos recursos financeiros à disposição da empresa, do custo de oportunidade envolvido no negócio da empresa;
- Tributos: são os impostos como: PIS, PASEP, ISS, COFINS, IOF e outros;
- Taxa de comercialização: são aquelas decorrentes das atividades de venda dos serviços, isto é, preparo de concorrências, publicidade, corretagem etc.;

- Benefício ou lucro: é uma parcela destinada a remunerar o custo de oportunidade do capital aplicado, capacidade administrativa, gerencial e tecnológica adquirida ao longo de experiências no ramo, responsabilidade pela administração do contrato e condução dos serviços através da estrutura organizacional da empresa e investimentos na formação profissional do seu pessoal, e criar a capacidade de reinvestir no próprio negócio.

## **4.2. LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO CADASTRAL**

### **4.2.1. ESTUDO TOPOGRÁFICO**

O estudo topográfico deverá iniciar com a implantação de marcos, estrategicamente localizados, dando sequência com o levantamento de todos os pontos de interesse, objetivando o melhor reconhecimento possível do terreno e das condições locais.

Os dados obtidos em campo serão processados em softwares específicos, indicando a precisão obtida em cada um dos levantamentos topográficos.

Entre estes marcos será realizada uma poligonal enquadrada. O enquadramento permitirá verificar a precisão planimétrica e altimétrica do levantamento, devendo apresentar a precisão superior à exigida pela norma NBR 13133 - Execução de levantamento topográfico.

As coordenadas a serem utilizadas neste processamento, serão de origem UTM, a partir do datum oficial brasileiro (SIRGAS-2000), para permitir a locação de qualquer ponto do projeto, de maneira rápida, durante a execução da obra. Nos marcos será atribuído um sistema de coordenadas local – LTM, onde não serão necessárias correções de ângulos e distâncias do sistema UTM.

O Estudo Topográfico terá como objetivo, a elaboração da base cartográfica necessária ao desenvolvimento dos projetos.

### **4.2.2. LEVANTAMENTO DE CAMPO**

O levantamento de campo compreende a materialização do traçado estudado em campo, abrangendo a locação dos eixos das vias e o respectivo nivelamento direto e contra, bem como os levantamentos planialtimétricos cadastrais em locais específicos de Obras de Arte Correntes (OAC).

Serão levantadas características do terreno (planimetria e altimetria) através de irradiações necessárias à sua total configuração. Nestes levantamentos serão cadastradas as seguintes informações: cercas, edificações, entradas residenciais e comerciais, córregos, valetas, taludes, caixas, bordo de pistas, postes, pontos de ônibus, canaletas, orelhão, sinalizações, tubulações e pontos notáveis para garantir a correta representação do relevo, e concluída assim etapa de campo.

### **4.2.3. ESTUDO HIDROLÓGICO**

Possui como objetivo estabelecer o regime pluviométrico para a região onde será executada a obra de pavimentação de vias públicas, de modo a fornecer subsídios para determinação das vazões de dimensionamento dos dispositivos de drenagem e obras de arte corrente. O Estudo deverá ter as seguintes fases:

- Coleta e análise dos dados, visando uma perfeita caracterização do meio-físico em que se desenvolve as vias contemplas no projeto;
- Determinação das descargas de projeto (vazão).



#### **4.2.4. ESTUDO DE TRAÇADO**

A definição da diretriz do traçado das vias será orientada pela Prefeitura municipal, onde será verificada a necessidade de correções de curvas horizontais e verticais, além do eixo da rua.

O estudo de traçado será feito sobre os dados cartográficos e na análise dos eixos das ruas para se definir o mais adequado. Como orientação geral, o traçado procurará seguir, sempre que possível, os divisores de água, ou espigões. O traçado a ser escolhido deve conferir à rua uma boa condição de drenagem.

#### **4.2.5. PROJETO GEOMÉTRICO**

O Projeto geométrico será apresentado em Planta baixa (alinhamento horizontal) e Perfil longitudinal (alinhamento vertical).

O alinhamento horizontal será desenvolvido com base no eixo de locação estabelecido para cada trecho, obedecendo a melhor adequação quanto à geometria definida por normas e especificações técnicas, e a inferência em imóveis e estruturas para serviços de utilidade pública.

O alinhamento vertical será lançado em perfil, em observância as soleiras das edificações, as cotas obrigadas existentes e evitando-se ondulação excessiva. A rampa mínima a ser admitida é de 0,25% e as curvas de concordância vertical com comprimento mínimo de 10,00 m. O projeto será desenhado nas escalas: Horizontal – 1:250 e Vertical – 1:25. Em casos especiais poderão ser também utilizadas as escalas, horizontal – 1:500 e vertical – 1:50.

As cotas mínimas de greide serão definidas em observância aos parâmetros do estudo hidrológico e ao regime de drenagem adequado as contribuições e declividades.

#### **4.2.6. MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

O memorial descritivo deverá descrever as informações básicas sobre a obra, como localização, aspectos geográficos, fisiográficos e socioeconômicos do local, justificativa para implantação da obra, objetivos, metas, fonte de recursos para execução da obra, e concepção do projeto.

As especificações técnicas deverão conter, sistema construtivo adotadas, Normatização, Mobilização, instalação e desmobilização, materiais a serem empregados, aplicações dos materiais e cuidados especiais, eventuais ensaios para controle tecnológico da obra, cuidados com manutenção, descrição de acabamento, e manuseio e armazenagem dos materiais.

#### **4.2.7. ORÇAMENTO - PLANILHAS, COMPOSIÇÕES DE CUSTO UNITÁRIO, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E EVENTOGRAMA**

Conforme estabelece o Decreto Nº 7.983/2013 da Presidência da República, o custo global de referência da obra deverá ser obtido a partir das composições dos custos unitários previstas menores ou iguais à mediana de seus correspondentes nos custos unitários de referência do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI e do Sistema de Custos Rodoviários - SICRO. Além do SINAPI e SICRO, poderão ser utilizadas como referências as tabelas do ORSE – Sistema de obras de Sergipe, SEINFRA-CE - Secretaria de Infraestrutura do Estado do Ceará, ou outras Tabelas de referência de custos aprovadas por órgãos da administração pública.

Quando não houver correspondência dos preços do orçamento nas tabelas de referência, serão elaboradas composições de preços unitários sob orientação da Fiscalização, para cada um dos itens de serviços constituintes dos projetos.

Os orçamentos sintéticos e analíticos conterão um resumo apresentando os valores por grupo ou subgrupo de itens orçamentários, indicando o percentual de participação dos valores total e aos índices de custo par unidade de área. Deverá ser apresentado as composições de itens que não possui custos determinados pelas tabelas de referência.

Sobre o valor dos custos de cada item, deverá estar incluído o percentual de BDI – Bonificação de Despesas Indiretas. O percentual de BDI utilizado deverá ser calculado de acordo com as orientações do TCU para valores de referência de taxas de Bonificações e Despesas Indiretas – BDI das obras públicas. Deve ser apresentada a composição do BDI. Todo o material deve estar de acordo com o Acórdão do TCU Nº 2622/2013, e regulamentações posteriores.

Deverá ser apresentado em forma de planilha o cronograma físico-financeiro da obra, com percentuais dos serviços executados, em relação às despesas e o prazo de execução.

Além do cronograma físico-financeiro será apresentada a Planilha de Levantamento de Eventos – Eventograma, documento que define os critérios de medição das etapas do objeto, conforme divisão da obra em eventos a serem remunerados conforme avanço da execução.

Todas as planilhas, composições analíticas, orçamentos, memórias de cálculo, composição BDI, cronograma, QCI (Quadro de Composição de Investimento) e documentos referentes ao orçamento, deverão ser entregues em forma digital em formato \*.xls e \*.pdf, assinada pelo responsável técnico. Toda a documentação do orçamento deverá estar acompanhada da respectiva ART/RRT.

#### **4.2.8. MEMÓRIA DE CÁLCULO – QUANTITATIVOS DOS SERVIÇOS**

Deverá ser apresentada a memória de cálculo, para registro dos cálculos e as metodologias utilizadas na análise e dimensionamento de estruturas, sistemas, equipamentos ou qualquer outro elemento relacionado ao projeto.

As planilhas de quantitativos serão utilizadas para determinar a quantidade dos serviços definidos no projeto, sendo referência para compor a planilha orçamentária.

A memória de cálculo também é relevante para o plano de execução da obra. Ela fornece informações sobre os cálculos das estruturas de drenagem, volumes de terraplenagem e nota de serviços, os métodos de execução, os equipamentos necessários e as etapas de execução. Essas informações ajudam a definir o cronograma da obra e as atividades necessárias para a construção.

#### **4.2.9. ANOTAÇÃO OU REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA**

Junto ao relatório de projeto, é obrigatório a apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART (CREA) ou o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT (CAU), instrumento pelo qual o profissional estabelece as atividades e serviços que serão de sua responsabilidade técnica.

Todos os projetos e demais peças do relatório (orçamentos, composições de custo, cronogramas e memoriais), previstos no presente termo de referência, deverão ser acompanhados da respectiva ART ou RRT.

#### **4.2.10. PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO**

O Projeto de Pavimentação será desenvolvido de forma a obter uma estrutura com capacidade de manter a geometria da via (camada de pavimento/revestimento diminui as solicitações do copo de aterro, auxiliando no combate a infiltração e deformações plásticas) e um tempo maior entre as manutenções. É de suma importância que as vias possuam um revestimento de um solo com características superiores ao encontrado no terraplenagem/pavimentação, afim de assegurar por um período de tempo a característica da pista proposta.

O Projeto de Pavimentação deve apresentar a seção transversal do pavimento, em tangente e em linha reta, suas espessuras ao longo do trecho, definindo geometricamente as diferentes camadas componentes, estabelecendo os materiais constituintes.

O objetivo do projeto de pavimentação é apresentar a melhor estrutura para o pavimento, analisando sob o ponto de vista técnico e econômico, de forma a aperfeiçoar a solução proposta no tocante aos aspectos técnicos com a maior economia possível.

De forma geral, a estrutura a ser dimensionada deverá atender as seguintes características:

- Dar conforto ao usuário;
- Resistir e distribuir os esforços verticais oriundos do tráfego;
- Resistir aos esforços horizontais;
- Ser impermeável, evitando a infiltração das águas superficiais;
- Melhorar a qualidade de vida da população e do sistema viário.

#### **4.2.11. PROJETO DE DRENAGEM**

Deverá ser feito estudo sobre a situação da drenagem das áreas objeto do projeto e sua área de abrangência, como também a solução técnica a ser adotada, com aprovação da fiscalização.

O Projeto de Drenagem será fundamentado nas bacias hidrográficas, na drenagem existente, nos estudos hidrológicos e no Projeto Geométrico.

Serão calculadas vazões, cotas mínimas e máximas e, seções das estruturas necessárias à captação e transporte das águas, especificando o destino final.

As condições atuais do curso receptor da drenagem projetada quanto ao tipo de seção e revestimento, vazão e assoreamento será verificada.

O regime de drenagem será adequado à baixa declividade de planície e às contribuições provenientes de áreas de elevada declividade que se deslocam em velocidades altas.

O Projeto Geométrico definirá as características das vias, relativos à situação, declividades longitudinais e transversais, sentido de escoamento das águas, caixas coletoras dotadas com gaveta ou grade e canaletas a céu aberto com tampas fechadas e/ou vazadas.

Quanto à drenagem existente e pertencente à bacia, objeto de intervenção ou receptora do sistema projetado é necessário conhecer a localização, tipo de rede (galeria, canal, canaleta), seção, declividade, capacidade de vazão e estado de conservação e manutenção.

O Projeto de Drenagem deverá considerar o aspecto econômico associado à condição de autolimpeza da via, em especial da linha d'água em razão da presença de detritos e lixo.

Razão pela qual se recomenda a utilização e funcionalidade da máxima capacidade de transporte das sarjetas das vias e adoção da velocidade mínima. É obrigatório apresentação da memória de cálculo do projeto.

Os detalhes executivos do projeto serão apresentados em nível de localização, dimensões, cotas de montante e jusante, declividades, extensões e especificações de materiais. Serão também, apresentados os projetos tipos de todos os dispositivos de drenagem indicados em projeto.

#### **4.2.12. PROJETO DE SINALIZAÇÃO**

O projeto deverá ser elaborado seguindo a orientação dos Manuais de Sinalização – Volumes I (sinalização vertical de regulamentação), II (sinalização vertical de advertência) e III (sinalização vertical de indicação), do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN.

O projeto deverá conter a tipologia e o quantitativo da sinalização vertical e horizontal, conforme as características da estrada, de acordo com os padrões estabelecidos nos Manuais de Sinalização do CONTRAN.

Para a elaboração do projeto, as características da via deverão ser levantadas “in loco” e comparadas com o que se pretende implantar, considerando-se os pontos cadastrados no levantamento planialtimétrico (alinhamentos prediais, divisas, entradas para garagens, meio fio, árvores, postes, torres, bueiros, galerias, valas, fundos de vale, caixas de inspeção, etc.); bem como “equipamentos urbanos” existentes na via e nas proximidades dela (escolas, hospitais, postos de saúde, parques, etc.); os estacionamentos exclusivos (táxi, ambulâncias, veículos oficiais, etc.); os estacionamentos proibidos (pontos de ônibus, embarque e desembarque de escolas e hotéis), os sentidos de circulação dos trechos de estrada, a hierarquização dos trechos com as transversais e tudo que possa interferir para a elaboração do projeto de sinalização.

Estes dados deverão ser transferidos em forma de sinalização para o projeto geométrico elaborado previamente.

A apresentação do projeto deverá ser em escala 1:500 com detalhamento em escala 1:100, quando necessário.

### **5. DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

#### **5.1. Para Habilitação Jurídica:**

Registro comercial, no caso de empresa individual;

Ato constitutivo (estatuto ou contrato social em vigor), devidamente registrado no órgão competente, em se tratando de sociedades comerciais (empresariais), e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos comprobatórios da eleição dos atuais administradores.

#### **5.2. Para Qualificação Econômico-Financeira:**

Balanco patrimonial do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua

substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

Certidão negativa de falência ou recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo Cartório de Distribuição da sede da licitante.

### **5.3. Para Regularidade Fiscal:**

Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), do Ministério da Fazenda;

Inscrição no Cadastro de Contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste edital;

Se o ramo de atividade da empresa for prestação de serviços, deverá apresentar prova de inscrição municipal (CIM, Alvará ou outro equivalente).

Certificados de regularidade de situação perante o FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

Certidões de regularidade de situação para com as Fazendas: Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal do domicílio/sede da licitante.

### **5.4. Para Regularidade Fiscal Trabalhista:**

Certidão negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

### **5.5. Para Qualificação Técnica:**

2.4.5.1. Apresentação do Registro/Certidão de inscrição da empresa e do(s) responsável (eis) técnico (s) junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU da região da sede da empresa;

2.4.5.2. Será exigida, no mínimo, a seguinte composição e qualificação, de preferência com a apresentação da ficha curricular e cronograma de permanência da equipe técnica;

2.4.5.3. Comprovação de que a licitante possui em seu quadro permanente, na data de apresentação da proposta, 01 (um) engenheiro civil habilitado e devidamente registrado no CREA e 01 (um) arquiteto habilitado e devidamente registrado no CAU como responsáveis técnicos da empresa, sendo que um deles seja detentor de Certidão de Acervo Técnico pela execução de serviços de características de porte e complexidade ao objeto desta licitação e experiência na execução de serviços do objeto do edital em epígrafe conforme quantitativos iguais ou superiores;

2.4.5.4. Comprovação de que a licitante possui em seu quadro, na data de apresentação da proposta,

2.4.5.4.1. Comprovação de que a licitante possui em seu quadro permanente, na data de apresentação da proposta, 01 (um) engenheiro (a) civil, 01 (um) arquiteto (a), 01 (um) Cadista e 01 (um) Topógrafo, deverá comprovar o vínculo com a empresa;

2.4.6. Todos os membros da equipe técnica deverão comprovar o vínculo com a empresa: Empregado cópia ficha de registro de empregado ou cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS anotada, Sócio: Contrato Social devidamente registrado no órgão competente, Responsável Técnico: Além da cópia da Certidão expedida pelo



CREA da sede ou filial da licitante onde consta o registro do profissional como responsável técnico;

2.4.7. A Apresentação de atestado (s) de capacidade técnica, em nome da empresa e de seus responsáveis técnicos, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando ter a empresa executado serviço de porte e complexidade ao objeto desta licitação com quantitativos iguais ou superiores.

## 6. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

A licitante vencedora será a empresa que apresentar proposta em conformidade ao valor estipulado para a contratação e quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço, com base nas especificações.

Para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado neste Aviso de Contratação Direta, conforme as especificidades do mercado correspondente.

Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

## 7. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços constantes no Termo de Referência deverão ser prestados para a prefeitura municipal de **LAGOA DE SÃO FRANCISCO/PI**, de acordo com o constante na ordem de fornecimento apresentado a empresa contratada.

O prazo de início da prestação dos serviços será de até 05 (cinco) dias úteis, a partir da emissão e apresentação da ordem de serviço.

Os serviços deverão ser prestados de acordo com as especificações e na proposta de preços apresentada, de modo que atenda aos anseios da Prefeitura Municipal.

O (A) requisitante designará servidor responsável para proceder ao acompanhamento da execução dos serviços, que conferirá de acordo com as especificações constantes neste Termo de Referência.

Será emitido documento atestando o recebimento dos serviços executados.

A empresa contratada deverá proceder, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, a contar da notificação de recusa, a substituição dos serviços em desconformidade com o estabelecido neste Termo de Referência.

A documentação técnica apresentada no Projeto deverá seguir o padronizado pela prefeitura para análise do empreendimento, conforme sequência abaixo. Além das peças técnicas de Engenharia é obrigatório a apresentação da documentação complementar exigida. Check List para apresentação da documentação e projeto técnico:

ITEM	DESCRIÇÃO
1	Planta de localização da intervenção com coordenadas geográficas de localização
2	Elementos gráficos de Engenharia que permitam a caracterização da intervenção e a conclusão sobre sua viabilidade técnica
3	ART/RRT de projeto(s)
4	ART/RRT de orçamento
5	Aprovação dos projetos pelos órgãos competentes quando for o caso
6	Planilha orçamentária detalhada, indicando percentual de BDI, fontes e códigos de composições de custos unitários, responsável técnico, data base, encargos sociais e manifestação quanto a



	desoneração, indicando que a alternativa adotada é a mais adequada para a administração pública
7	Composição analítica do BDI atendendo o Acórdão 2622/2013 TCU Plenário, e de acordo com a Lei Nº 13.161/2015
8	Composição dos encargos sociais incidentes no custo da mão-de-obra
9	Composições de preços unitários para composições de custos não disponíveis nos sistemas SINAPI/SICRO
10	Quadro resumo de cotações, apresentando, no mínimo, três cotações para cada item e indicando nome da empresa, CNPJ, telefone, nome do contato e data, assinado pelo responsável técnico pela planilha orçamentária. Obs.: adotar como referência valor igual ou inferior à mediana
11	Cronograma físico-financeiro
12	Licenciamento Ambiental
13	Memória de cálculo de quantitativos dos serviços indicados na planilha orçamentária, relatório de volumes de terraplenagem, nota de serviço de terraplenagem, Estudo hidrológico para concepção das soluções para projeto de obras de arte corrente (quando necessário)
14	Memorial descritivo do projeto
15	Relatório fotográfico da área de intervenção
16	Especificações técnicas dos serviços, equipamentos e/ou insumos
17	Levantamento topográfico planialtimétrico georreferenciado
18	Projeto geométrico
19	Projeto drenagem
20	Estudos Hidrológicos
21	Projeto de Pavimentação

No caso de qualquer descumprimento das cláusulas apresentadas pela Prefeitura Municipal, à contratada poderá incidir nas penalidades previstas na Lei 14.133/2021.

Correrão por conta da contratada todas as despesas decorrentes da prestação dos serviços solicitados na Ordem de Serviço, incluindo também eventuais danos pessoais e materiais causados a terceiros durante a execução.

## 9. CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS PROJETOS

O prazo para conclusão do serviço será de até **30 (trinta)** dias a partir da assinatura da Ordem de Serviço. Após a entrega do Projeto, a equipe de Fiscalização da Prefeitura de **LAGOA DE SÃO FRANCISCO/PI** terá o prazo de **15 (quinze)** para analisar os produtos e emitir o - Termo de Recebimento e Aceite, podendo ser feitas recomendações à contratada a serem cumpridas. Poderá haver prorrogação do prazo, caso exista a necessidade, desde que ocorra uma justificativa por escrito pela contratada a Prefeitura de **LAGOA DE SÃO FRANCISCO/PI** e este submeter a aprovação ao contratante.

## 10. ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E ACEITE

A fiscalização da execução dos serviços objeto do presente Termo de Referência será exercido por um Servidor indicado pela Prefeitura Municipal de **LAGOA DE SÃO FRANCISCO/PI**, nos termos do Art. 117, da Lei Nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade ou em decorrência de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material/equipamento inadequado ou de qualidade inferior, inexistindo, em qualquer circunstância, corresponsabilidade da contratante ou de seus agentes e prepostos, conforme prevê o Art. 120, da Lei Nº 14.133/2021.

A contratante se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados se em desacordo com os termos do contrato.

Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do presente Termo de Referência deverão ser prontamente atendidas pela contratada, sem qualquer ônus para a contratante.

O Projeto será considerado aceito quando atender aos critérios e normas brasileiras e não apresentar nenhuma falha, seja de qualidade, seja de quantidade, que o torne impróprio ou inadequado para execução da obra.

## **11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes da contratação do objeto estabelecido neste Termo de Referência correrão à conta dos recursos federais e municipais.

## **12. DO PAGAMENTO**

Após a análise e aprovação do projeto pela Caixa Econômica Federal, a Prefeitura Municipal irá solicitar a liberação dos recursos financeiros da conta do convênio, apresentando a seguinte documentação: 1) Ofício de solicitação de movimentação de recursos; 2) Boletim de medição, atestado pela fiscalização da Prefeitura.

## **13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Nos termos dos Arts. 155 ao 163 da Lei nº 14.133/2021, os licitantes e contratados poderão sofrer infrações e sanções administrativas, conforme abaixo transcrito.

Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do **caput** deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no [inciso I do caput do art. 155 desta Lei](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do **caput** deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no [art. 155 desta Lei](#).

§ 4º A sanção prevista no inciso III do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei](#), bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do **caput** deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do **caput** deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput** deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no **caput** deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Art. 157. Na aplicação da sanção prevista no [inciso II do caput do art. 156 desta Lei](#), será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

Art. 158. A aplicação das sanções previstas nos [incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei](#) requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o **caput** deste artigo será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

§ 2º Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§ 3º Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 4º A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o **caput** deste artigo;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#);

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Art. 159. Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

Parágrafo único. (VETADO).

Art. 160. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Art. 161. Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

Parágrafo único. Para fins de aplicação das sanções previstas nos [incisos I, II, III e IV do caput do art. 156 desta Lei](#), o Poder Executivo regulamentará a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos.

Art. 162. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Lei.

Art. 163. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nos [incisos VIII e XII do caput do art. 155 desta Lei](#) exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

#### **14. ESTIMATIVA DE CUSTOS**

O valor total da contratação está estimado conforme planilha de composição de preços, anexo, estando os valores de acordo com o praticado no mercado e Tabelas de referências de **R\$ 128.619,67 (cento e vinte e oito mil, seiscentos e dezenove reais e sessenta e sete centavos)**.

Na apresentação da proposta de preço para Elaboração do Projeto, é obrigatória a apresentação da Planilha orçamentária, Composições de custo unitário, Composição de BDI, Composição dos Encargos Sociais e Cronograma físico-financeiro.

#### **15. MÉTODO DE LEVANTAMENTO DE PREÇOS**

Valor previsto no Plano de Trabalho do Convênio nº 961789/2024, bem como divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa, nos termos do art. 75, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

#### **16. CONCLUSÃO**

Conclui-se pela necessidade da contratação supramencionada para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de **LAGOA DE SÃO FRANCISCO/PI**.

Lagoa de São Francisco-PI, 25 de maio de 2026.

MUNICÍPIO DE LAGOA DE SÃO FRANCISCO-PI					
PLANILHA RESUMO					
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO	
				UNIT.	TOTAL
1.0	ELABORAÇÃO DE PROJETO DE ENGENHARIA				
1.1	Objeto: Prestação de serviços técnicos para elaboração de projeto básico de engenharia para Pavimentação Asfáltica de vias públicas no município de Lagoa de São Francisco – PI.	unid.	1,00	52.348,33	52.348,33
1.2	Objeto: Prestação de serviços técnicos para elaboração de projeto básico de engenharia para Execução de drenagem urbana no município de Lagoa de São Francisco – PI.	unid.	1,00	68.940,26	68.940,26
1.3	Objeto: Prestação de serviços técnicos para elaboração de projeto básico de engenharia para Pavimentação em paralelepípedo de vias públicas no município de Lagoa de São Francisco – PI.	unid.	1,00	7.331,08	7.331,08
TOTAL GERAL ORÇAMENTÁRIO.....R\$					R\$ 128.619,67
OBS. 1: Os preços unitários estão com base na Tabela SINAPI Fevereiro/2026 - Sem Desoneração; ORSE Fevereiro/2026; SICRO Outubro/2025 - Sem Desoneração.					
OBS. 2: Orçamento em conformidade com o Acórdão TCU 2622/2013, obedecendo a lei da desoneração.					



MUNICÍPIO DE LAGOA DE SÃO FRANCISCO-PI					
Objeto: Prestação de serviços técnicos para elaboração de projeto básico de engenharia para Pavimentação Asfáltica de vias públicas no município de Lagoa de São Francisco – PI.					
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO DE ENGENHARIA					
Item	Discriminação dos Serviços	Unid.	Quant.	Preço (R\$)	
				Unitário	Total
1.0	MÃO-DE-OBRA				
1.1	Campo/Elaboração				
1.1.1	Coordenador (Engenheiro) - SINAPI 93565	mês	0,500	24.512,54	12.256,27
1.1.2	Técnico (Topógrafo) - SINAPI 94296	mês	0,700	7.219,36	5.053,55
1.1.3	Arquiteto - SINAPI 93569	mês	0,500	24.075,57	12.037,79
1.2	Gabinete				
1.2.1	Coordenador (Engenheiro) - SINAPI 93565	mês	0,700	24.512,54	17.158,78
1.2.2	Cadista / Calculista - SINAPI 93561	mês	0,700	5.489,89	3.842,92
2.0	LOCOMOÇÃO				
2.1	Coordenador / Equipe de Campo				
2.1.1	Veículo leve - pick up (97kw) - 02789/ORSE	h	48,00	10,56	506,88
2.1.2	Combustível (km/ltkm/dia) - gasolina (SINAPI 00004222)	l	120,000	5,94	712,80
3.0	EQUIPAMENTOS				
3.1	Estação total eletrônica com alcance máximo de 3.000 m - SICRO E9553	h	48,00	8,5776	411,72
3.2	Micro computador com de monitor 19", software e ploter - 09811/ORSE	mês	1,00	870,00	870,00
4.0	DESPESAS GERAIS E MATERIAIS DE CONSUMO (5%)				2.642,54
SUB-TOTAL (MÊS)					55.493,25
SUB-TOTAL (DIA - Considerando 21,17 dias trabalhados))					2.621,32
16 DIAS TRABALHADOS					R\$ 41.941,12
B	ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO, COMPOSIÇÕES UNITÁRIAS DE CUSTOS, MEMORIAIS E ESPECIFICAÇÕES				
1.0	Expresso pela Relação $R = \sum (Q_i \times P) + DD (1 + A) + CO$				
1.1	Quantidade de documentos de cada tipo (Q <sub>i</sub> )	und	7,00	175.000000	1.225,00
1.2	Preço unitário de cada tipo de documento: $P = CD(1 + ES) \cdot (1 + DI) \cdot (1 + L) \cdot (1 + EF) \cdot (1 + I)$				
1.2.1	Custo direto de salários CD): $CD = \sum [(S_m / N_h) \times ht]$				
	Salário bruto mensal (S <sub>m</sub> )	mês	24.512,54		
	Número médio de horas úteis por mês (N <sub>h</sub> = N <sub>d</sub> x J)	h	169,36		
	Número médio de dias úteis por mês durante o ano (N <sub>d</sub> )	dia	21,17		
	Jornada diária de trabalho (J)	h	8,00		
	Quantidade de horas trabalhadas no serviço (h <sub>t</sub> )	h	30,00		
1.3	Despesas Diretas (DD)	%	3,65		44,71
1.4	Taxa de Administração (A)	%	3,86		1,73
1.5	Contingências	%	5,00		61,25
TOTAL DO ITEM II					R\$ 1.332,69
C	BDI SERVIÇOS = 20,97%				9.074,52
TOTAL GERAL DA ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO DE ENGENHARIA					R\$ 52.348,33
OBS. 1: Os preços unitários estão com base na Tabela SINAPI Fevereiro/2026 - Sem Desoneração; ORSE Fevereiro/2026; SICRO Outubro/2025 - Sem Desoneração.					

**MUNICÍPIO DE LAGOA DE SÃO FRANCISCO-PI**

Objeto: Prestação de serviços técnicos para elaboração de projeto básico de engenharia para Execução de drenagem urbana no município de Lagoa de São Francisco – PI.

**PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO DE ENGENHARIA**

Item	Discriminação dos Serviços	Unid.	Quant.	Preço (R\$)	
				Unitário	Total
<b>1.0</b>	<b>MÃO-DE-OBRA</b>				
<b>1.1</b>	<b>Campo/Elaboração</b>				
1.1.1	Coordenador (Engenheiro) - SINAPI 93565	mês	0,600	24.512,54	14.707,52
1.1.2	Técnico (Topógrafo) - SINAPI 94296	mês	1,000	7.219,36	7.219,36
1.1.3	Arquiteto - SINAPI 93569	mês	0,600	24.075,57	14.445,34
<b>1.2</b>	<b>Gabinete</b>				
1.2.1	Coordenador (Engenheiro) - SINAPI 93565	mês	0,600	24.512,54	14.707,52
1.2.2	Cadista / Calculista - SINAPI 93561	mês	0,600	5.489,89	3.293,93
<b>2.0</b>	<b>LOCOMOÇÃO</b>				
<b>2.1</b>	<b>Coordenador / Equipe de Campo</b>				
2.1.1	Veículo leve - pick up (97kw) - 02789/ORSE	h	48,00	10,56	506,88
2.1.2	Combustível (km/bkm/dia) - gasolina (SINAPI 00004222)	l	120,000	5,94	712,80
<b>3.0</b>	<b>EQUIPAMENTOS</b>				
3.1	Estação total eletrônica com alcance máximo de 3.000 m - SICRO E9553	h	48,00	8,5776	411,72
3.2	Micro computador com de monitor 19", software e ploter - 09811/ORSE	mês	1,00	870,00	870,00
<b>4.0</b>	<b>DESPESAS GERAIS E MATERIAIS DE CONSUMO (5%)</b>				2.843,75
	<b>SUB-TOTAL (MÊS)</b>				59.718,82
	<b>SUB-TOTAL (DIA - Considerando 21,17 dias trabalhados))</b>				2.820,92
	<b>20 DIAS TRABALHADOS</b>				<b>R\$ 56.418,40</b>
<b>B</b>	<b>ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO, COMPOSIÇÕES UNITÁRIAS DE CUSTOS, MEMORIAIS E ESPECIFICAÇÕES</b>				
1.0	Expresso pela Relação $R = \sum (Q_i \times P) + DD (1 + A) + CO$				
1.1	Quantidade de documentos de cada tipo ( $Q_i$ )	und	7,00	75,000000	525,00
1.2	Preço unitário de cada tipo de documento: $P = CD(1 + ES) \cdot (1 + DI) \cdot (1 + L) \cdot (1 + EF) \cdot (1 + I)$				
1.2.1	Custo direto de salários CD): $CD = \sum [(S_m / N_h) \times ht]$		1,00	4.342,09	
	Salário bruto mensal ( $S_m$ )	mês	24.512,54		
	Número médio de horas úteis por mês ( $N_h = N_d \times J$ )	h	169,36		
	Número médio de dias úteis por mês durante o ano ( $N_d$ )	dia	21,17		
	Jornada diária de trabalho (J)	h	8,00		
	Quantidade de horas trabalhadas no serviço ( $h_t$ )	h	30,00		
1.3	Despesas Diretas (DD)	%	3,65		19,16
1.4	Taxa de Administração (A)	%	3,86		0,74
1.5	Contingências	%	5,00		26,25
	<b>TOTAL DO ITEM II</b>				<b>R\$ 571,15</b>
<b>C</b>	<b>BDI SERVIÇOS = 20,97%</b>				<b>11.950,71</b>
	<b>TOTAL GERAL DA ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO DE ENGENHARIA</b>				<b>R\$ 68.940,26</b>
OBS. 1: Os preços unitários estão com base na Tabela SINAPI Fevereiro/2026 - Sem Desoneração; ORSE Fevereiro/2026; SICRO Outubro/2025 - Sem Desoneração.					

MUNICÍPIO DE LAGOA DE SÃO FRANCISCO-PI					
Objeto: Prestação de serviços técnicos para elaboração de projeto básico de engenharia para Pavimentação em paralelepípedo de vias públicas no município de Lagoa de São Francisco – PI.					
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA - ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO DE ENGENHARIA					
Item	Discriminação dos Serviços	Unid.	Quant.	Preço (R\$)	
				Unitário	Total
1.0	MÃO-DE-OBRA				
1.1	Campo/Elaboração				
1.1.1	Coordenador (Engenheiro) - SINAPI 93565	mês	0,300	24.512,54	7.353,76
1.1.2	Técnico (Topógrafo) - SINAPI 94296	mês	0,300	7.219,36	2.165,81
1.1.3	Arquiteto - SINAPI 93569	mês	0,300	24.075,57	7.222,67
1.2	Gabinete				
1.2.1	Coordenador (Engenheiro) - SINAPI 93565	mês	0,100	24.512,54	2.451,25
1.2.2	Cadista / Calculista - SINAPI 93561	mês	0,100	5.489,89	548,99
2.0	LOCOMOÇÃO				
2.1	Coordenador / Equipe de Campo				
2.1.1	Veículo leve - pick up (97kw) - 02789/ORSE	h	48,00	10,56	506,88
2.1.2	Combustível (km/lxkm/dia) - gasolina (SINAPI 00004222)	l	120,000	5,94	712,80
3.0	EQUIPAMENTOS				
3.1	Estação total eletrônica com alcance máximo de 3.000 m - SICRO E9553	h	48,00	8,5776	411,72
3.2	Micro computador com de monitor 19", software e ploter - 09811/ORSE	mês	1,00	870,00	870,00
4.0	DESPESAS GERAIS E MATERIAIS DE CONSUMO (5%)				1.112,19
SUB-TOTAL (MÊS)				23.356,07	
SUB-TOTAL (DIA - Considerando 21,17 dias trabalhados))				1.103,26	
5 DIAS TRABALHADOS				R\$ 5.516,30	
B	ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO, COMPOSIÇÕES UNITÁRIAS DE CUSTOS, MEMORIAIS E ESPECIFICAÇÕES				
1.0	Expresso pela Relação $R = \sum (Q_i \times P) + DD (1 + A) + CO$				
1.1	Quantidade de documentos de cada tipo (Q <sub>i</sub> )	und	5,00	100,000000	500,00
1.2	Preço unitário de cada tipo de documento: $P = CD(1 + ES) \cdot (1 + DI) \cdot (1 + L) \cdot (1 + EF) \cdot (1 + I)$				
1.2.1	Custo direto de salários CD): $CD = \sum [(S_m / N_h) \times ht]$		1,00	4.342,09	
	Salário bruto mensal (S <sub>m</sub> )	mês	24.512,54		
	Número médio de horas úteis por mês (N <sub>h</sub> = N <sub>d</sub> x J)	h	169,36		
	Número médio de dias úteis por mês durante o ano (N <sub>d</sub> )	dia	21,17		
	Jornada diária de trabalho (J)	h	8,00		
	Quantidade de horas trabalhadas no serviço (h <sub>t</sub> )	h	30,00		
1.3	Despesas Diretas (DD)	%	3,65		18,25
1.4	Taxa de Administração (A)	%	3,86		0,70
1.5	Contingências	%	5,00		25,00
TOTAL DO ITEM II				R\$ 543,95	
C	BDI SERVIÇOS = 20,97%				1.270,83
TOTAL GERAL DA ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO DE ENGENHARIA				R\$ 7.331,08	
OBS. 1: Os preços unitários estão com base na Tabela SINAPI Fevereiro/2026 - Sem Desoneração; ORSE Fevereiro/2026; SICRO Outubro/2025 - Sem Desoneração.					

MUNICÍPIO DE LAGOA DE SÃO FRANCISCO-PI	
DETALHAMENTO DO BDI	
1.0 - Bonificação (lucros) (L)	6,40%
2.0 - Despesas Indiretas	6,08%
2.1 - Administração Central (AC)	4,01%
2.2 - Risco, Garantia e Seguro (R)	0,96%
2.3 - Despesas Financeiras (DF)	1,11%
3.0 - Impostos e Taxas (I)	6,65%
3.1 - PIS	0,65%
3.2 - ISS	3,00%
3.3 - COFINS	3,00%
3.4 - CPRB (CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A RENDA BRUTA)	0,00%
$BDI (\%) = \frac{(1 + AC + R) \times (1 + DF) \times (1 + L)}{(1 - I)} - 1$	20,97%
OBS.: Acórdão nº 2622/2013 - TCU	

MUNICÍPIO DE LAGOA DE SÃO FRANCISCO-PI			
ENCARGOS SOCIAIS SOBRE MÃO DE OBRA			
Código	Descrição	Horista (%)	Mensalista (%)
<b>GRUPO A</b>			
A1	INSS	20,00	20,00
A2	SESI	1,50	1,50
A3	SENAI	1,00	1,00
A4	INCRA	0,20	0,20
A5	SEBRAE	0,60	0,60
A6	Salário Educação	2,50	2,50
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00	3,00
A8	FGTS	8,00	8,00
A9	SECONCI	0,00	0,00
<b>A</b>	<b>Total de Encargos Sociais Básicos</b>	<b>36,80</b>	<b>36,80</b>
<b>GRUPO B</b>			
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,67	0,00
B2	Feriados	3,92	0,00
B3	Auxílio - Enfermidade	0,88	0,67
B4	13º Salário	10,93	8,31
B5	Licença Paternidade	0,07	0,05
B6	Faltas Justificadas	0,73	0,56
B7	Dias de Chuvas	1,24	0,00
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,03	0,02
B9	Férias Gozadas	11,52	8,77
B10	Salário Maternidade	0,04	0,03
<b>B</b>	<b>Total de Encargos Sociais que recebem incidências de A</b>	<b>47,03</b>	<b>18,41</b>
<b>GRUPO C</b>			
C1	Aviso Prévio Indenizado	6,02	4,58
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,16	0,12
C3	Férias (indenizadas)	2,84	2,16
C4	Depósito Rescisão sem justa causa	2,57	1,95
C5	Indenização Adicional	0,51	0,39
<b>C</b>	<b>Total de Encargos Sociais que não recebem as incidências globais de A</b>	<b>12,10</b>	<b>9,20</b>
<b>GRUPO D</b>			
D1	Reincidência de A sobre B	17,31	6,77
D2	Reincidência de A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,54	0,41
<b>D</b>	<b>Total das Taxas incidências e reincidências</b>	<b>17,85</b>	<b>7,18</b>
<b>TOTAL (A+B+C+D)</b>		<b>113,78</b>	<b>71,59</b>

## ANEXO II

### ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Em atendimento ao inciso I do art. 18 da Lei 14.133/2021, o presente instrumento caracteriza a primeira etapa do planejamento do processo de contratação e busca atender o interesse público envolvido e buscar a melhor solução para atendimento da necessidade aqui descrita

#### Introdução

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP), tem por finalidade subsidiar a contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de engenharia destinados à elaboração dos projetos básicos necessários à execução de obras de infraestrutura urbana no município de Lagoa de São Francisco. A contratação contempla a elaboração de projeto básico de engenharia para pavimentação asfáltica de vias públicas, projeto básico de engenharia para execução de drenagem urbana e projeto básico de engenharia para pavimentação em paralelepípedo de vias públicas.

A elaboração dos referidos projetos se mostra indispensável para o adequado planejamento das futuras intervenções urbanas, garantindo a definição técnica das soluções de engenharia, o levantamento das necessidades locais, a estimativa precisa dos custos, a definição dos métodos executivos e a observância das normas técnicas aplicáveis. Os projetos básicos constituem etapa essencial para viabilizar a captação de recursos, celebração de convênios e futura execução das obras públicas, proporcionando maior segurança técnica, eficiência administrativa e economicidade ao município.

A necessidade da contratação decorre da demanda existente por melhorias na mobilidade urbana, trafegabilidade, acessibilidade e infraestrutura de drenagem das vias públicas municipais, considerando os problemas ocasionados pela ausência ou insuficiência de pavimentação e sistemas adequados de escoamento de águas pluviais. Tais deficiências impactam diretamente a qualidade de vida da população, ocasionando dificuldades de deslocamento, aumento da poeira e lama, degradação das vias e riscos à segurança dos usuários.

Dessa forma, o presente ETP visa demonstrar a viabilidade técnica da contratação, identificar a solução mais adequada para atendimento da demanda administrativa e assegurar que os projetos sejam elaborados com qualidade técnica compatível às necessidades do município, observando os princípios da legalidade, eficiência, planejamento e interesse público previstos na legislação vigente.

#### 1. Descrição da Necessidade (inciso I do §1º do artigo 18)

A presente contratação tem como necessidade a prestação de serviços técnicos especializados de engenharia para elaboração dos projetos básicos referentes à pavimentação asfáltica de vias públicas, execução de drenagem urbana e pavimentação em paralelepípedo no município de Lagoa de São Francisco, em conformidade com o inciso I do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

A necessidade decorre da carência de infraestrutura urbana adequada em diversas vias públicas do



município, as quais apresentam condições precárias de trafegabilidade, especialmente em períodos chuvosos, em razão da inexistência ou insuficiência de pavimentação e de sistemas eficientes de drenagem pluvial. Tal situação ocasiona transtornos à população, comprometendo a mobilidade urbana, a acessibilidade, a segurança viária, o deslocamento de veículos e pedestres, além de contribuir para processos erosivos, acúmulo de água e degradação acelerada das vias.

A elaboração dos projetos básicos constitui etapa indispensável para o planejamento adequado das futuras obras públicas, permitindo a definição das soluções técnicas mais adequadas, especificações dos serviços, levantamento topográfico, estudos preliminares, memória de cálculo, orçamento estimativo, cronogramas e demais elementos necessários à execução das intervenções. Os projetos também são essenciais para instrução de processos licitatórios, celebração de convênios e captação de recursos junto aos órgãos estaduais e federais.

A Administração Municipal não dispõe, em sua estrutura técnica atual, de equipe especializada e suficiente para elaboração dos referidos projetos com o nível de detalhamento exigido pelas normas técnicas e pelos órgãos financiadores, tornando necessária a contratação de empresa especializada para garantir a qualidade técnica dos estudos e projetos, bem como a observância das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), manuais dos órgãos competentes e legislação aplicável.

A contratação pretendida busca proporcionar maior eficiência no planejamento urbano municipal, contribuindo para melhoria da infraestrutura viária, valorização urbana, redução de custos futuros com manutenção corretiva das vias e promoção de melhores condições de mobilidade e qualidade de vida à população.

## **2. Previsão no Plano de Contratações Anual (inciso II do §1º do artigo 18)**

Há previsão da presente contratação no Plano de Contratações Anual, em conformidade com o inciso II do §1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

## **3. Requisitos da Contratação (inciso III do §1º do artigo 18)**

- 3.1. O procedimento resultará em EMPENHO com validade de 12 (doze) meses.
- 3.2. A serviço deverá iniciar imediatamente após a assinatura do contrato, e após o recebimento da Nota de empenho enviado para o e-mail da Contratada, não sendo tolerados atrasos sem justificativa prévia.
- 3.3. O serviço objeto deste ETP deverá ser realizado mensalmente, desde que haja justificativa prévia, a partir do envio da nota empenho e do pedido.
- 3.4. A fiscal do contrato e responsável pelo recebimento será o servidor designado pela Prefeitura Municipal a qual acompanhará o serviço.
- 3.5. Todos os custos oriundos do contrato, será de responsabilidade do contratado.
- 3.6. O serviço em desconformidade com o objeto está sujeito à aplicação das penalidades constantes no artigo 156 da lei n. 14.133/2021.

## **Requisitos Gerais e Específicos**



A contratação deverá ser executada por empresa especializada na prestação de serviços técnicos de engenharia, devidamente registrada no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no órgão profissional competente, com comprovação de capacidade técnica compatível com o objeto contratado.

A empresa contratada deverá possuir responsável técnico legalmente habilitado, com registro ativo no conselho profissional competente, devendo emitir as respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica – ART referentes aos serviços executados.

Os serviços deverão ser realizados em conformidade com as normas técnicas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, manuais e orientações do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, normas dos órgãos concedentes e demais legislações aplicáveis à engenharia e elaboração de projetos públicos.

A contratada deverá dispor de equipe técnica qualificada, equipamentos, softwares, ferramentas e estrutura operacional suficientes para execução integral dos serviços, incluindo levantamentos de campo, elaboração de desenhos técnicos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronogramas físico-financeiros e demais documentos necessários.

Os serviços deverão ser executados dentro dos prazos estabelecidos pela Administração, observando critérios de qualidade, precisão técnica, economicidade e atendimento ao interesse público.

Todos os produtos elaborados deverão ser entregues em formato físico e digital, devidamente assinados pelo responsável técnico, acompanhados de ART, arquivos editáveis e arquivos em formato PDF.

A contratada deverá manter sigilo sobre informações e documentos disponibilizados pela Administração Municipal, utilizando-os exclusivamente para execução do objeto contratado.

### **Requisitos Específicos**

A contratação deverá contemplar a elaboração de projeto básico de engenharia para pavimentação asfáltica de vias públicas, contendo, no mínimo, levantamentos topográficos, estudos preliminares, memorial descritivo, especificações técnicas, dimensionamento do pavimento, orçamento detalhado, cronograma físico-financeiro, plantas, perfis, seções e demais peças técnicas necessárias.

Deverá contemplar também a elaboração de projeto básico de engenharia para execução de drenagem urbana, incluindo estudos hidrológicos e hidráulicos, dimensionamento da rede de drenagem, dispositivos de captação e escoamento de águas pluviais, memorial de cálculo, detalhamentos executivos, orçamento e demais documentos técnicos pertinentes.

Quanto ao projeto básico de engenharia para pavimentação em paralelepípedo, deverão ser apresentados estudos técnicos, definição de traçado das vias, detalhamento construtivo, especificações dos materiais, dimensionamentos, orçamento completo e cronograma de execução.

A contratada deverá realizar visitas técnicas e levantamentos in loco nas áreas indicadas pela Administração Municipal, objetivando coletar informações necessárias à elaboração adequada dos

projetos.

Os projetos deverão atender às exigências técnicas dos órgãos estaduais e federais competentes, possibilitando futura captação de recursos e celebração de convênios para execução das obras.

As planilhas orçamentárias deverão utilizar referências oficiais atualizadas, preferencialmente tabelas SINAPI, SICRO ou outras bases oficiais admitidas pela Administração Pública, contendo composição de custos unitários, memória de cálculo e detalhamento dos quantitativos.

Os projetos deverão ser entregues completos, compatibilizados e aptos para instrução de procedimento licitatório destinado à futura execução das obras, evitando inconsistências técnicas que possam comprometer a contratação ou execução dos serviços futuros.

A contratada deverá promover correções, ajustes ou complementações eventualmente solicitadas pela Administração Municipal ou por órgãos concedentes, sem ônus adicional, até a aprovação definitiva dos projetos.

#### **4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES (inciso IV do §1º do artigo 18)**

4.1. A definição da quantidade de serviços a serem contratados foi feita com base nas necessidades da Prefeitura Municipal e na experiência de contratações passadas.

#### **5. LEVANTAMENTO DE MERCADO (inciso V do §1º do artigo 18)**

5.1. O levantamento de mercado foi realizado com base nas tabelas de preços utilizadas como referência para a estimativa da contratação.

#### **Análise de Conformidade com o Objeto**

A presente contratação mostra-se plenamente compatível com as necessidades administrativas do município de Lagoa de São Francisco, considerando que o objeto pretendido consiste na prestação de serviços técnicos especializados de engenharia para elaboração de projetos básicos destinados à execução de obras de infraestrutura urbana.

Os serviços pretendidos estão em conformidade com as atribuições típicas da área de engenharia, abrangendo atividades de levantamento técnico, estudos preliminares, elaboração de memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronogramas físico-financeiros, desenhos técnicos e demais peças necessárias para futura execução das obras de pavimentação asfáltica, drenagem urbana e pavimentação em paralelepípedo.

A contratação atende às exigências previstas na Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à necessidade de planejamento prévio das contratações públicas e elaboração dos documentos técnicos indispensáveis à adequada instrução dos futuros procedimentos licitatórios para execução das obras. Os projetos básicos constituem elemento obrigatório para definição precisa do objeto, estimativa de custos, avaliação da viabilidade técnica e estabelecimento das condições de execução das futuras intervenções.

Verifica-se, ainda, que os serviços possuem natureza predominantemente técnica e especializada, demandando conhecimento específico na área de engenharia civil e infraestrutura urbana, justificando a

necessidade de contratação de empresa com capacidade técnica comprovada, equipe habilitada e experiência compatível com o objeto.

Os projetos a serem elaborados guardam compatibilidade com as demandas de melhoria da mobilidade urbana, infraestrutura viária e drenagem pluvial do município, contribuindo diretamente para a solução dos problemas relacionados à precariedade das vias públicas, acúmulo de águas pluviais, dificuldades de acesso e desgaste da malha urbana.

Além disso, o objeto está alinhado ao interesse público, uma vez que possibilitará ao município maior eficiência no planejamento das obras, ampliação da capacidade de captação de recursos junto aos órgãos estaduais e federais e melhor estruturação das futuras contratações de execução, reduzindo riscos de falhas técnicas, aditivos desnecessários e desperdício de recursos públicos.

Dessa forma, conclui-se que a contratação pretendida apresenta total conformidade com a necessidade administrativa identificada, sendo tecnicamente adequada, legalmente permitida e compatível com os objetivos institucionais da Administração Pública Municipal.

### **Resultados do Levantamento**

Após análise das necessidades administrativas do município de Lagoa de São Francisco, verificou-se que a solução mais adequada para atendimento da demanda consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de engenharia destinados à elaboração dos projetos básicos de pavimentação asfáltica, drenagem urbana e pavimentação em paralelepípedo de vias públicas municipais.

Durante o levantamento realizado, constatou-se que a Administração Municipal não dispõe de equipe técnica própria suficiente para execução integral dos serviços especializados exigidos, especialmente quanto à realização de levantamentos topográficos, estudos técnicos, elaboração de projetos, memoriais de cálculo, orçamentos detalhados e demais peças técnicas necessárias para atendimento das normas de engenharia e exigências dos órgãos financiadores.

Também foi verificado que a contratação de empresa especializada apresenta maior viabilidade técnica e operacional, considerando a necessidade de utilização de profissionais habilitados, equipamentos específicos, softwares técnicos e experiência comprovada na elaboração de projetos de infraestrutura urbana. A terceirização dos serviços possibilita maior eficiência na obtenção dos produtos técnicos necessários, garantindo qualidade, precisão e conformidade com as normas vigentes.

O levantamento identificou ainda que a elaboração prévia dos projetos básicos é indispensável para viabilização de futuras obras públicas, permitindo ao município melhor planejamento das intervenções urbanas, definição adequada dos custos estimados, elaboração de cronogramas e captação de recursos por meio de convênios e programas governamentais.

Concluiu-se que a solução pretendida atende ao interesse público, apresentando-se como alternativa tecnicamente viável, economicamente adequada e administrativamente necessária para suprir as

demandas de infraestrutura urbana do município. A contratação permitirá maior organização das futuras execuções de obras, redução de riscos técnicos e administrativos e melhoria das condições de mobilidade, acessibilidade e drenagem das vias públicas municipais.

Dessa forma, o levantamento realizado demonstra que a contratação pretendida é adequada e suficiente para atendimento da necessidade identificada pela Administração Municipal, observando os princípios da eficiência, planejamento, economicidade e interesse público.

## **Conclusão**

Diante das análises e levantamentos realizados no presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de engenharia destinados à elaboração dos projetos básicos de pavimentação asfáltica, drenagem urbana e pavimentação em paralelepípedo de vias públicas no município de Lagoa de São Francisco mostra-se necessária, adequada e plenamente viável sob os aspectos técnico, operacional e administrativo.

Restou evidenciado que a Administração Municipal necessita dos referidos projetos para promover o adequado planejamento das futuras obras de infraestrutura urbana, bem como para viabilizar a captação de recursos e instrução dos futuros procedimentos licitatórios destinados à execução das intervenções. Verificou-se ainda que o município não dispõe de estrutura técnica própria suficiente para elaboração completa dos serviços especializados exigidos, tornando necessária a contratação de empresa com capacidade técnica compatível com o objeto.

A solução proposta atende aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público, proporcionando maior segurança técnica na definição das futuras obras, redução de riscos de inconsistências nos projetos, melhor controle dos custos e maior qualidade na execução dos empreendimentos públicos.

Assim, conclui-se pela viabilidade da contratação pretendida, considerando que os serviços a serem executados são essenciais para melhoria da infraestrutura urbana municipal, contribuindo para melhores condições de mobilidade, acessibilidade, drenagem pluvial e qualidade de vida da população.

## **6. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO (inciso VI do §1º do artigo 18)**

6.1. O valor estimado desta contratação é baseado em contratações similares, conforme relatório de pesquisa de preços em anexo e foram balizados pelo preço ofertado na forma descrita no item 5.1.

## **7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (inciso VII do §1º do artigo 18)**

7.1. A solução escolhida foi a contratação por **DISPENSA de Licitação**, considerando a urgência e a necessidade de um serviço especializado e contínuo. A contratação direta permitirá a Município de Lagoa de São Francisco garantir a regularidade de seus atos, a conformidade com as normas legais e a prevenção de litígios, sem perder de vista a agilidade e a transparência do processo.

## **8. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (inciso IX do §1º do artigo 18)**



RESULTADOS PRETENDIDOS	DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS
Melhoria do planejamento das obras públicas	Obtenção de projetos básicos completos e adequados, permitindo maior organização, controle e eficiência no planejamento das futuras obras de infraestrutura urbana.
Viabilização de captação de recursos	Disponibilização de projetos técnicos aptos para apresentação junto aos órgãos estaduais e federais, possibilitando celebração de convênios e obtenção de recursos financeiros.
Maior segurança técnica nas futuras contratações	Elaboração de documentos técnicos detalhados, reduzindo riscos de falhas, inconsistências, paralisações e aditivos durante a execução das obras.
Definição precisa dos custos das obras	Elaboração de planilhas orçamentárias detalhadas, possibilitando estimativas mais precisas dos investimentos necessários para execução das intervenções.
Melhoria da mobilidade urbana	Desenvolvimento de projetos voltados à pavimentação, drenagem das vias públicas, proporcionando melhores condições de trafegabilidade para veículos e pedestres.
Redução de problemas de drenagem urbana	Planejamento adequado dos sistemas de drenagem pluvial, contribuindo para diminuição de alagamentos, erosões e acúmulo de águas nas vias públicas.
Aumento da durabilidade das vias públicas	Definição de soluções técnicas adequadas para pavimentação e drenagem, reduzindo desgastes prematuros e custos futuros de manutenção.
Atendimento às normas técnicas e legais	Garantia de que os projetos sejam elaborados em conformidade com normas da ABNT, legislações vigentes e exigências dos órgãos competentes.
Maior eficiência administrativa	Disponibilização de projetos completos e compatibilizados, proporcionando maior agilidade nos processos licitatórios e execução das futuras obras públicas.
Promoção do interesse público	Atendimento das demandas da população por melhoria na infraestrutura urbana, acessibilidade, segurança viária e qualidade de vida no município de Lagoa de São Francisco.

## 9. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À CONTRATAÇÃO (inciso X do §1º do artigo 18)

9.1 Não foram identificadas necessidades de capacitação específica para os servidores envolvidos na contratação, uma vez que a contratação será realizada com base nas exigências da Lei nº 14.133/2021, e



o processo é de fácil entendimento para os servidores responsáveis.

## 10. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (inciso XIII do §1º do artigo 18)

O Estudo Técnico Preliminar demonstra que essa contratação para a Município de Lagoa de São Francisco é plenamente viável e justificada. A modalidade de **Dispensa de Licitação** é a mais adequada, considerando a impossibilidade de competição e a necessidade urgente de serviços especializados. Portanto, recomenda-se o prosseguimento da contratação conforme o estabelecido pela Lei nº 14.133/2021.

**Matriz de Risco** adaptada para o contexto de *PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PARA ELABORAÇÃO DOS SEGUINTE PROJETO BÁSICO: Elaboração de projeto básico de engenharia para Pavimentação Asfáltica de vias públicas no município de Lagoa de São Francisco – PI; Elaboração de projeto básico de engenharia para Execução de drenagem urbana no município de Lagoa de São Francisco – PI e Elaboração de projeto básico de engenharia para Pavimentação em paralelepípedo de vias públicas no município de Lagoa de São Francisco – PI*, conforme exigências da Lei nº 14.133/2021 e boas práticas de planejamento:

RISCO IDENTIFICADO	POSSÍVEL CAUSA	IMPACTO	PROBABILIDADE	MEDIDAS PREVENTIVAS	MEDIDAS DE CONTINGÊNCIA
Atraso na elaboração dos projetos	Insuficiência de equipe técnica contratada ou falhas no planejamento da execução	Comprometimento do cronograma e atraso das futuras obras	Média	Estabelecimento de cronograma detalhado e fiscalização contínua da Administração	Aplicação de notificação e sanções contratuais previstas no contrato
Entrega de projetos com inconsistências técnicas	Falhas na elaboração dos estudos e ausência de revisão técnica adequada	Necessidade de correções, retrabalho e atraso no processo licitatório	Média	Exigência de qualificação técnica e análise prévia dos produtos entregues	Solicitação de correções imediatas sem ônus para a Administração
Levantamentos de campo insuficientes ou imprecisos	Erros na coleta de dados topográficos e técnicos	Comprometimento da qualidade dos projetos e dos orçamentos	Média	Realização de visitas técnicas detalhadas e conferência das informações coletadas	Reexecução dos levantamentos e atualização dos projetos
Orçamento estimativo incompatível com os preços de mercado	Utilização de referências desatualizadas ou erros na composição de custos	Risco de sobrepreço e inexecução da obra	Baixa	Utilização de tabelas oficiais atualizadas, como SINAPI e SICRO	Revisão das planilhas orçamentárias antes da aprovação final
Descumprimento das normas técnicas	Não observância das normas da ABNT e manuais técnicos aplicáveis	Rejeição dos projetos por órgãos financiadores ou de controle	Baixa	Exigência de profissionais habilitados e observância das normas vigentes	Adequação e atualização dos projetos conforme exigências técnicas
Incompatibilidade entre projetos elaborados	Falta de integração entre projetos de pavimentação e drenagem	Problemas futuros na execução das obras	Média	Compatibilização técnica entre todas as disciplinas do projeto	Revisão integrada dos projetos antes da entrega definitiva
Dificuldade na aprovação dos projetos junto aos órgãos competentes	Inobservância de exigências técnicas e documentais	Atraso na captação de recursos e execução das obras	Média	Atendimento às normas e exigências dos órgãos concedentes	Adequação documental e técnica dos projetos e análise
Rescisão contratual durante a execução dos serviços	Descumprimento contratual pela empresa contratada	Paralisação dos serviços e atraso no planejamento das obras	Baixa	Fiscalização contratual e acompanhamento constante da execução	Convocação de remanescente ou nova contratação conforme legislação
Falta de disponibilidade de informações técnicas no município	Ausência de dados cadastrais e mapas atualizados	Dificuldade na elaboração adequada dos projetos	Média	Levantamento prévio de informações existentes e apoio técnico municipal	Complementação das informações por meio de novos levantamentos
Alterações nas demandas da Administração durante a execução	Mudanças de prioridades e ampliação das áreas de intervenção	Necessidade de ajustes nos projetos e impactos nos prazos	Média	Definição clara do escopo antes da contratação	Formalização de termos aditivos, quando necessários e justificáveis

Lagoa de São Francisco-PI, 26 de maio de 2026

## **Integrante Técnico**

### **Aprovação**

O presente Estudo Técnico Preliminar já assinado pelos responsáveis por sua elaboração, fica devidamente aprovado pela autoridade competente.